

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

QUARTA-FEIRA
28 DE FEVEREIRO DE 2024



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação do Relatório da Administração

Tipos de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
SUPERVISOR DE OPERACOES	5	0,35
TECNICO DE MANUTENCAO II	8	0,56
Total Tráfego	537	37,48
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	20	1,40
OPERADOR DE PEDAGIO	329	22,96
Total Arrecadação	349	24,36
TOTAL GERAL	886	61,84

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Receita		
Receita de pedágio	2023	Acumulado
Total	R\$ 2.031.753	R\$ 11.151.866
Investimentos		
Investimentos	2023	Acumulado
Total	R\$ 1.206.763	R\$ 6.879.345
Custos Operacionais		
Custos Operacionais	2023	Acumulado
Total	R\$ 1.669.278	R\$ 10.459.695

ISS Repassado		
ISS Repassado	2023	Acumulado
Total	R\$ 68.233	R\$ 440.105

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
São José dos Pinhais – P1	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Garuva – P2	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Araquari – P3	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Porto Belo – P4	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45
Palhoça – P5	Bidirecional	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45

Concessionária em Números		
Dados anuais e por empresa	KM	
Quilômetros de rodovia	356,96	
Número de veículos que transitaram		
	Nº	%
CAT-01	50.864.837	67%
CAT-02	4.579.494	6%
CAT-03	418.924	1%
CAT-04	4.318.883	6%
CAT-05	85.102	0%
CAT-06	3.787.084	5%
CAT-07	2.547.564	3%
CAT-08	7.663.663	10%
CAT-09	1.819.205	2%
TOTAL	76.084.756	100%

Número de praças de pedágios	Nome das praças de Pedágio
P1	São José dos Pinhais
P2	Garuva
P3	Araquari
P4	Porto Belo
P5	Palhoça

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 116/PR	71,1 – 115,20	44,1	88,2
BR 376/PR	614,0 – 682,18	68,18	136,36
BR 101/SC	0 – 244,68	244,68	489,36
Total		356,96	713,92

Mês	Média diária	%
Jan	447.378	9%
Fev	419.409	8%
Mar	423.633	8%
Abr	396.993	8%
Mai	396.493	8%
Jun	392.901	8%
Jul	420.128	8%
Ago	417.774	8%
Set	429.041	8%
Out	411.965	8%
Nov	445.626	9%
Dez	450.568	9%
Total	5.051.910	100%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	420.992
-----------------------------------------	---------

Áreas		
Administrativo	18	
Jurídico	0	
Comunicação	0	
Responsabilidade Social	6	
Meio Ambiente	0	
Conservação (engenharia)	25	
Arrecadação	268	
CCO	27	
Pavimentação (engenharia)	55	
Obras (engenharia)	37	
Projetos (engenharia)	0	
Manutenção Tecnológica (rodovia)	0	
Faixa de Domínio	1	
Segurança do Trabalho	43	
Tráfego	295	

BR-101/SC – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	92,2%	7,8%

BR-101/SC Paulo Lopes – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	90,2%	9,8%

BR-116/PR – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	75,1%	24,9%

BR-376/PR – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	81,2%	18,8%

Receita de pedágio	R\$ 735.401
--------------------	-------------

Custos associados às receitas de pedágio	1.669.278
------------------------------------------	-----------

Fator Trabalho	2023	2022
Número de Trabalhadores	775	792
Despesa de Pessoal	56.646	52.408

Fator Capital	2023	2022
Despesas de Depreciação	Método linear	
Ativo Líquido	30.739	364.460
Ativo Bruto	6.812.434	5.731.423
Série Histórica dos Investimentos	6.879.345	5.672.582
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	

Fatores Intermediários	2023	2022
Despesas em Administração	28.719	20.598
Despesas em Manutenção	2.516	2.244
Outras Despesas	–	–

Tipos de Acidentes	2023	2022
Com danos materiais	5.714	5.789
Com vítimas feridas	2.717	2.795
Com vítimas fatais	114	102

Indicadores	2023	2022
Receita por KM	5.692	4.516
Custo por KM	4.676	3.773

Balço Social					
2023			2022		
1 – Base de cálculo	Valor	% FPB	Valor	% FPB	% RL
Faturamento Bruto	2.031.753		1.611.897		
Receita líquida (RL)	1.967.326		1.558.566		
Resultado operacional (RO)	-583.770		-848		
Folha de pagamento bruta (FPB)	26.832		28.835		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	26.832		28.835		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A		N/A		

2 – Indicadores sociais internos						
Alimentação	4.965	19%	0%	4.661	18%	0%
Encargos Sociais	10.195	38%	1%	9.988	39%	1%
Previdência privada	363	1%	0%	325	1%	0%
Saúde	3.833	14%	0%	3.620	14%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	349	1%	0%	514	2%	0%
Educação	29	0%	0%	13	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	112	0%	0%	116	0%	0%
Creches ou auxílio creche	443	2%	0%	406	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	3.055	11%	0%	2.669	10%	0%
Outros	312	1%	1%	302	1%	1%
Total – Indicadores sociais internos	23.656	88%	1%	22.615	88%	1%

3 – Indicadores sociais externos						
Educação	169	1%	0%	121	0%	0%
Cultura	729	3%	0%	465	2%	0%
Saúde e saneamento	277	1%	0%	61	0%	0%
Esporte	364	1%	0%	129	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0%	0%	3	0%	0%
Outros	25	0%	0%	–	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	1.564	6%	0%	779	3%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	63.812	238%	3%	52.001	201%	3%
Total – Indicadores sociais externos	65.376	244%	3%	52.780	204%	3%

4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	862	3%	0%	553	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	4.477	17%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	5.338	20%	0%	553	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:						
() Não possui metas				(X) Não possui metas		
() Cumpre de 0 a 50%				() Cumpre de 0 a 50%		
() Cumpre de 50 a 75%				() Cumpre de 50 a 75%		
(X) Cumpre de 75 a 100%				() Cumpre de 75 a 100%		

5 – Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	775	792
Tempo de serviço até seis meses	13%	15%
Tempo de serviço de seis meses a um ano	9%	13%
Tempo de serviço entre um e dois anos	18%	17%
Tempo de serviço entre dois e cinco anos	35%	25%
Tempo de serviço mais de cinco anos	22%	30%
Nº de admissões durante o período	232	285
Nº de demissões durante o período	260	285
Nº de colaboradores terceirizados	1.203	1.819
Nº de estagiários (as)	3	2
Nº de colaboradores com até 18 anos	12	7
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	132	158
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	509	517
Nº de colaboradores acima de 45 anos	122	110
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	379	364
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,26%	0,27%
Remuneração paga a mulheres no período	12.311	11.351
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	11	13
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	21	22

Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	65.353	113.281
Total de horas extras pagas (valor)	1.582	2.331
Total de INSS pagos	11.951	15.981
Total de FGTS pago	2.568	3.427
Total de Contribuição Sindical paga	–	–
Total dos demais encargos sociais pagos	–	–
Total de IRRF recolhido no período	4.885	4.911
Total de ICMS recolhidos no período	–	–
Total de IRPJ recolhido no período	11.997	2.778
Total de CSLL recolhido do período	7.531	3.941
Total de PIS recolhidos no período	4.695	3.984
Total de COFINS recolhidos no período	21.670	18.386
Total de outros tributos recolhidos no período	36.277	30.822

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	37,9	38,2
Número total de acidentes de trabalho	6	7
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Direção e gerenciais	Direção e gerenciais
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	Todos + CIPA	Todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	Segue as normas da OIT	Segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	Todos os colaboradores	Todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	Todos os colaboradores	Todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	São exigidos	São exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	Organiza e Incentiva	Organiza e Incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	50% no Procon 10% na Justiça	0% no Procon 4% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	6.211	570.453
Distribuição do Valor Adicionado – Governo	-1553%	8%
Distribuição do Valor Adicionado – Acionistas	-3415%	36%
Distribuição do Valor Adicionado – Colaboradores	912%	9%
Distribuição do Valor Adicionado – Terceiros	4156%	46%
Distribuição do Valor Adicionado – Retidos	0%	0%

Demais Assuntos
Sustentabilidade: A sustentabilidade é um dos orientadores estratégicos da Arteris que fundamenta as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança relevantes e potenciais de nossa atuação, que se desdobram em nossa Agenda ESG (Ambiental, Social e Governança). A Agenda ESG da Arteris agrega indicadores, iniciativas e metas, algumas definidas e outras em construção, divididos em três eixos estratégicos, que orientam a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado, são eles: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, Governança, Transparência e *Accountability*. A criação da Agenda ESG formaliza a postura e o alinhamento da Arteris com as melhores referências de governança e da agenda de sustentabilidade internacional, como *Global Reporting Initiative* (GRI), Taxonomia Europeia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A evolução das iniciativas é acompanhada periodicamente pelo Comitê ESG, conforme governança estabelecida. Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2023, com a implantação de iniciativas que concretizam o caminho para uma atuação sustentável. Reduzir a pegada de carbono, aumentar o consumo de energia renovável, inovar com base na economia circular da cadeia de valor. Essas foram as principais metas traçadas pela Arteris no eixo de Ecoeficiência. A busca pela descarbonização foi prioridade na Agenda ESG, que avançou em estudos e projetos-piloto para reduzir as emissões atmosféricas, seguindo o plano de descarbonização feito a partir do diagnóstico das emissões de gases de efeito estufa emitidas pelas nossas atividades. Projetos estratégicos tiveram a implantação concluída como a substituição de 10 mil lâmpadas tradicionais por LED, gerando economia de energia e de custos, além do menor impacto ambiental no descarte, e implantação de painéis solares em localidades estratégicas. Tem-se ainda no plano de descarbonização o fomento ao consumo de combustíveis renováveis, além da aquisição de quinhentos mil kWh elétrico para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias. Na conservação da biodiversidade temos a Arteris Fluminense como destaque com o monitoramento das 17 passagens de fauna superiores, 9 passagens inferiores, 10 estruturas aéreas e 30 km de cercas que funcionam como corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzindo o isolamento geográfico e trazendo proteção para a fauna silvestre. Até dezembro de 2023, esse monitoramento registrou 3.470 traçassias de animais, 40 espécies usando as estruturas, 3 espécies ameaçadas de extinção beneficiadas, como o mico-leão-dourado, 128 espécies mapeadas nas proximidades das estruturas e uma redução de 27% no número de animais atropelados por carros em 6 meses de projeto. Atualmente, a Arteris possui 220 passagens seguras para a vida selvagem em todas as suas concessões. Desde o início de suas operações, a empresa já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, o equivalente a 1.553 hectares de áreas reforestadas. Os plantios são feitos como compensação ambiental pelas obras ou intervenções realizadas pela empresa e são planejados para maximizar os efeitos positivos em relação aos serviços ecossistêmicos, como, por exemplo, priorizar a seleção de áreas ao longo das margens dos rios (Áreas de Preservação Permanente – APPs), ampliar a área de vida silvestre e os corredores ecológicos. Em 2023, a Arteris certificou suas concessões Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias com a ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental. Essa certificação garante que o sistema de gestão ambiental atende às normas ISO 14.001 e aumenta nossa maturidade no tema, além de ser útil como ferramenta de transparência para nossos stakeholders. Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompan

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
17. Obrigações Fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro						
Imposto de renda – IRPJ	10.581	–	10.581	–	–	–
Contribuição social – CSLL	4.531	–	4.531	1.018	–	1.018
	15.112	–	15.112	1.018	–	1.018
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	137	56.249	56.386	1.561	36.864	38.425
Programa de integração social – PIS	448	–	448	331	–	331
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	2.066	–	2.066	1.527	–	1.527
Tributos federais retidos	3.529	–	3.529	2.617	–	2.617
	6.180	56.249	62.429	6.036	36.864	42.900
Impostos sobre serviços – ISS	6.067	–	6.067	4.424	–	4.424
Total obrigações fiscais	12.247	56.249	68.496	10.460	36.864	47.324
Total	27.359	56.249	83.608	11.478	36.864	48.342
18. Provisões – a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é conforme segue:						
	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	5.266	20.225	(5.362)	(5.421)	110	14.818
Trabalhistas	403	928	(200)	(733)	83	481
Regulatório	11.903	–	–	–	2.384	14.287
Total	17.572	21.153	(5.562)	(6.154)	2.577	29.586
	30/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	2.105	8.586	(2.078)	(4.530)	1.183	5.266
Trabalhistas	368	712	(223)	(461)	7	403
Regulatório	10.846	1.053	–	–	4	11.903
Total	13.319	10.351	(2.301)	(4.991)	1.194	17.572

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2022	130	49.081	30.730	63.340	30.860	112.421
Adições/Reversões	–	5.622	–	65.686	–	71.308
Utilizações	(51)	(53.683)	–	–	(51)	(53.683)
Ajuste a valor presente	–	3.005	2.026	4.218	2.026	7.223
Transferências	393	51.930	(393)	(51.930)	–	–
Saldo em 31/12/2023	472	55.955	32.363	81.314	32.835	137.269
	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	272	56.840	26.534	52.424	26.806	109.264
Trabalhistas	–	19.763	2.774	45.664	2.774	65.427
Regulatório	(142)	(69.163)	–	–	(142)	(69.163)
Ajuste a valor presente	–	–	1.422	6.893	1.422	6.893
Transferências	–	41.641	–	(41.641)	–	–
Saldo em 31/12/2022	130	49.081	30.730	63.340	30.860	112.421

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referentes às manutenções realizadas foram de R\$58.049 (R\$68.669 em 31 de dezembro de 2022).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.369.220 (R\$1.748.496 em 31 de dezembro de 2022), composto por 3.126.258.713 (1.710.337.729 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$3.144.168 (R\$1.748.496 em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20/01/2023	20/01/2023	Dinheiro	846.808.511	796.000	47.000
22/02/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	30.000
27/03/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	98.000
25/05/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	83.000
20/06/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	74.948
20/07/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	105.000
25/09/2023	20/01/2023	Não Caixa	–	–	358.052
25/09/2023	25/09/2023	Não Caixa	569.112.473	466.672	466.672
17/11/2023	17/11/2023	Dinheiro	376.896.842	358.052	78.000
20/12/2023	20/12/2023	Dinheiro	–	–	55.000
			1.792.817.826	1.620.724	1.395.672

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos.

Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio: Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui o saldo de dividendos provisionados sob a forma de juros sobre o capital próprio no qual incide Imposta de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Período	Aprovação	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
31/03/2023	31/03/2023	(*)	4.327	649	3.678
30/06/2023	30/06/2023	(*)	2.731	410	2.321
			7.058	1.059	5.999

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados	735.401	596.053
Receita de serviços de construção	1.290.487	1.002.665
Outras receitas	5.865	13.179
Receita bruta	2.031.753	1.611.897
ISSQN	(36.779)	(29.812)
PIS	(4.814)	(3.951)
COFINS	(22.220)	(18.237)
Outras deduções	(964)	(1.331)
Receita líquida	1.967.326	1.558.566

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos:		
Com pessoal	(36.802)	(34.247)
Serviços de terceiros	(27.003)	(24.976)
Conservação	(19.052)	(18.393)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.241)	(3.741)
Consumo	(6.552)	(7.646)
Transportes	(6.882)	(6.723)
Verba de fiscalização	(15.538)	(14.604)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(628)	(1.179)
Seguros/Garantias	(3.962)	(3.421)
Provisão de manutenção em rodovias	(71.308)	(65.427)
Custos de serviços da construção	(1.290.487)	(1.002.665)
Depreciação/Amortização	(187.047)	(163.123)
Outros	(776)	(618)
Total	(1.669.278)	(1.346.763)

foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R\$14.287 e R\$11.903, respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade e que em 31 de dezembro de 2023 sumarizam o montante de R\$23.594 (R\$22.542 em 31 de dezembro de 2022). Os processos cíveis foram impactados principalmente por uma adição de R\$12.322 referente ao processo de polo ativo qual recursa o ressarcimento de valores gastos com a recuperação de 132 pontos sinistrados em razão das fortes chuvas ocorridas em 2008. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Possíveis	9.730	108.806
Cíveis	704	849
Trabalhistas	3.451	3.327
Ambiental	23.594	22.542
Regulatório	7.139	6.301
Fiscal	44.618	141.825

Os depósitos judiciais no montante de R\$61.050 em 31 de dezembro de 2023 (R\$64.548 em 31 de dezembro de 2022) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT. b) **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. c) **Provisão para investimento:** A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2022	130	49.081	30.730	63.340	30.860	112.421
Adições/Reversões	–	5.622	–	65.686	–	71.308
Utilizações	(51)	(53.683)	–	–	(51)	(53.683)
Ajuste a valor presente	–	3.005	2.026	4.218	2.026	7.223
Transferências	393	51.930	(393)	(51.930)	–	–
Saldo em 31/12/2023	472	55.955	32.363	81.314	32.835	137.269
	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	272	56.840	26.534	52.424	26.806	109.264
Trabalhistas	–	19.763	2.774	45.664	2.774	65.427
Regulatório	(142)	(69.163)	–	–	(142)	(69.163)
Ajuste a valor presente	–	–	1.422	6.893	1.422	6.893
Transferências	–	41.641	–	(41.641)	–	–
Saldo em 31/12/2022	130	49.081	30.730	63.340	30.860	112.421

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referentes às manutenções realizadas foram de R\$58.049 (R\$68.669 em 31 de dezembro de 2022).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.369.220 (R\$1.748.496 em 31 de dezembro de 2022), composto por 3.126.258.713 (1.710.337.729 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$3.144.168 (R\$1.748.496 em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20/01/2023	20/01/2023	Dinheiro	846.808.511	796.000	47.000
22/02/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	30.000
27/03/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	98.000
25/05/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	83.000
20/06/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	74.948
20/07/2023	20/01/2023	Dinheiro	–	–	105.000
25/09/2023	20/01/2023	Não Caixa	–	–	358.052
25/09/2023	25/09/2023	Não Caixa	569.112.473	466.672	466.672
17/11/2023	17/11/2023	Dinheiro	376.896.842	358.052	78.000
20/12/2023	20/12/2023	Dinheiro	–	–	55.000
			1.792.817.826	1.620.724	1.395.672

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos.

Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio: Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui o saldo de dividendos provisionados sob a forma de juros sobre o capital próprio no qual incide Imposta de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Período	Aprovação	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
31/03/2023	31/03/2023	(*)	4.327	649	3.678
30/06/2023	30/06/2023	(*)	2.731	410	2.321
			7.058	1.059	5.999

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12
--	-------

Arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos

ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$382.645 e excedeu o ativo circulante em R\$254.899, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade obteve lucro e não apresentou capital de giro negativo. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	40.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	192.127

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de R\$85.232 e de R\$69.444, respectivamente.

Modalidade	Taxa de juros (*)	Fluxos de caixa contratuais		2 meses ou menos		2 a 12 meses		1 a 2 anos		2 a 4 anos		5 anos ou mais	
		Valor contábil	Total										
Arrendamento mercantil a pagar	10,97%	17.839	17.036	2.856	17.036	4.984	16.690	5.342	113.151	1.631	132.829	2.223	132.829
Partes relacionadas	13,74%	979.190	1.092.382	–	1.092.382	–	–	–	1.092.382	–	–	–	–
Debêntures – CDI	13,38%	252.553	314.992	17.820	252.553	16.690	16.690	34.502	113.151	1.631	132.829	2.223	132.829
Debêntures – IPCA	10,81%	1.990.831	3.376.279	55.954	3.376.279	55.811	3.376.279	117.705	927.722	927.722	2.219.087	2.219.087	2.219.087
Fornecedores e caução contratuais		173.744	173.744	173.744	173.744	–	–	–	–	–	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		8.419	8.419	8.419	8.419	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas a pagar		17.750	17.750	17.750	17.750	–	–	–	–	–	–	–	–
		3.440.326	5.000.602	276.543	5.000.602	77.485	5.000.602	157.549	2.134.886	2.134.886	2.354.139	2.354.139	2.354.139

(*) Média ponderada efetiva % a.a.

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da

Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e

Diretoria				
Alisson de Almeida Freire Diretor Presidente	Antonio Cesar Ribas Sass Diretor Superintendente	Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Andre Giavina Bianchi Diretor de Engenharia	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro Diretor de Relações com Investidores
Conselho de Administração			Contador	
Sergio Moniz Barreto Garcia Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega Conselheira	Roberto Paolini Conselheiro	Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Litoral Sul S.A. São José dos Pinhais-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 3 (ii) 4.7 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGC's foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$ 316.620 mil. Os prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes

materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.1.2 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade reconheceu adições no montante de R\$1.391.027 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. - Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação por o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 27 de fevereiro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthesen
Contador
CRC 1SP 293.539/O-8



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

 Planalto Sul	<h2>Autopista Planalto Sul S.A.</h2> <p>CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73</p> <p>... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</p> <p>Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações</p> <p>significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha</p> <p>proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>Ribeirão Preto-SP, 27 de fevereiro de 2024.</p> <p>KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 027.666/F</p> <p>Gustavo de Souza Mathiesen Contador CRC 1SP 293.539/O-8</p> 
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
CNPJ nº 05.104.205/0001-30 - NIRE 41300020159

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CONFLUÊNCIA ENERGIA S.A.

Ficam convocados os titulares das debêntures em circulação da 1ª (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Confluência Energia S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 8.2. da "Escritura Particular da 1ª (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Confluência Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrada em 22 de novembro de 2021, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), para se reunirem em 1ª convocação em Assembleia Geral de Debenturistas ("Edital de Convocação", "AGD" ou "Assembleia"), a ser realizada no dia 27 de março de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) renúncia prévia e definitiva de direitos (*waiver*), conforme previsto na Cláusula 8.4.3 da Escritura de Emissão, para não caracterização de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido na Cláusula 5.1.2, item xxvi, da Escritura de Emissão), em caso de a Emissora não apresentar ICSD em conformidade com o disposto na Cláusula 6.1, alínea xx, da Escritura de Emissão, referente ao período do ano de 2023; (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. **Informações de Participação:** Observado o disposto no artigo 72, parágrafo 1º da Resolução CVM 81, a Assembleia será realizada através da Plataforma Digital "Microsoft Teams", com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora e/ou Agente Fiduciário aos Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico juridico@cer-energia.com.br, com cópia para o endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; ou (iii) quando fundo de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação do Fundo em assembleias gerais de debenturistas; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; ou (iv) por procuração: caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens "i" a "iii" acima, venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário. Além disso, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., bem como em observância ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, que deverão incluir poderes para aprovar os termos finais a serem deliberados na AGD. A Emissora enviará um e-mail, até 4 (quatro) horas antes da realização da AGD, contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico, apenas aos Debenturistas que tiverem confirmado a participação na AGD e que enviarem, prévia e diretamente à Companhia e ao Agente Fiduciário, os documentos de representação abaixo citados, sendo admitido o envio até o horário da AGD, conforme determina o artigo 72, § 2º, Resolução CVM 81. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do e-mail juridico@cer-energia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o cadastro prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. **Informações Gerais:** A presidência da Assembleia será determinada pelos Debenturistas em Assembleia, em conformidade com a Escritura de Emissão. A administração da Companhia reitera aos Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Será admitida instrução de voto a distância. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website <https://pchconfluencia.com.br/> e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos juridico@cer-energia.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGD. Este Edital de Convocação se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (<https://webapp.oliveiratrust.com.br/home>), da Companhia (<https://pchconfluencia.com.br/>) e da CVM na rede mundial de computadores (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Curitiba/PR, 26 de fevereiro de 2024. Bruno Henrique Pimenta da Silva - Diretor Executivo.



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

 **(41) 3321-8531**

 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

 **(41) 3515-8731**

 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

TBR280224 pdf

Código do documento 99a46caf-7625-4dee-bb5f-532000978fef



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

27 Feb 2024, 22:39:27

Documento 99a46caf-7625-4dee-bb5f-532000978fef **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-27T22:39:27-03:00

27 Feb 2024, 22:39:57

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-27T22:39:57-03:00

27 Feb 2024, 22:40:29

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.1.174 (bfb101ae.virtua.com.br porta: 2762).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2024-02-27T22:40:29-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6db0fcd447e97ce003e51f7f9957bb62ecd8f0228ae3ef0189979eef196e89a4
(SHA512):4beb63d0fa0da5d31f9358d9cfd43455cf0d282d1939b9cd43e1857085e74ebb262daeee7f6a11bb3d1f126546da3f965f389d1a4b37ecab937f4f4e3e67d9ee

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign